

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Jornais, manchetes e números: sejamos sempre um pouco desconfiados...

1 Jornais — impressos ou eletrônicos — costumam, periodicamente, “retratar” o desempenho da economia e do governo. Para isso, precisam trabalhar com medidas, indicadores quantitativos. Contudo, os indicadores que

4 construímos (nós ou eles) não são neutros, não são independentes do lugar em que estamos, na sociedade. E não são independentes do rumo que pretendemos dar à sociedade — o nosso projeto, a nossa ideologia.

7 Faz tempo que estava amadurecendo a polêmica sobre esses indicadores — crescimento econômico e emprego. Há poucos meses, no caderno de economia do jornal **O Estado de S.Paulo**, um artigo de colunista oficial do jornal, bastante conservadora, criticava o desempenho da economia e do governo, afirmando, por exemplo, que a economia ia mal e o desemprego crescia. Na mesma edição, mas em outro caderno, um romancista e colunista de jornais e revistas, João Ubaldo Ribeiro, dizia algo similar: nada crescia no Brasil, a não ser os impostos. O assombroso é que a principal matéria desse caderno de economia, nessa mesma edição do **Estadão**, com grande destaque, era algo assim: Cresce o emprego (e emprego formal), e a massa salarial aumenta na velocidade de 30 bi por

22 mês.

O leitor desconfiado perguntaria: o que aconteceu? Os colunistas não leem o próprio jornal? Não, não é isso.

25 A colunista não estava produzindo informação, estava produzindo uma intervenção no debate, uma intervenção motivada, uma informação interessada, motivada pela sua posição política. E o romancista estava se referindo, implicitamente, à Medida Provisória (MP) n° 232, que aumentaria impostos para as tais “empresas prestadoras de serviços”, nas quais, provavelmente, ele iria ser enquadrado. Nada mais natural que esperneiem e que vejam o mundo de outra maneira. É uma percepção do mundo, marcada pelo lugar em que eles estão e pelos fatos que percorrem sua existência

34 diária.

A MP n° 232, tão surrada pela mídia, diminuía o imposto de renda (IR) para os assalariados e pensionistas e, proporcionalmente, aumentava o imposto das tais empresas. Essas, nos últimos anos, tinham sido o dispositivo pelo qual empresas e funcionários qualificados tinham empreendido a terceirização do assalariado, com significativa redução de carga tributária. Algum jornal tocou nessa relação? Não se fala de corda em casa de enforcado.

Regis Moraes. Internet: <www.piratininga.org.br> (com adaptações).

Julgue os itens de **1** a **6**, acerca das propriedades textuais e gramaticais do texto acima.

- 1 O emprego das aspas na linha 2 ajuda a construir o tom irônico que o autor imprime ao texto e está relacionado à ideia central. Essa relação pode ser expressa da seguinte forma: supõe-se que os retratos sejam cópias da realidade, mas o autor procura mostrar que a realidade pode ser distorcida pela posição que as pessoas ocupam na sociedade.
- 2 Na linha 9, se a palavra “tempo” fosse substituída pela expressão **dois anos**, a forma verbal “faz” deveria ser substituída por **fazem**.

3 No trecho “O assombroso é que a principal matéria desse caderno de economia” (l.18-19), a palavra “assombroso” está empregada como um substantivo, o que se comprova pela presença do artigo que a antecede.

4 De acordo com o autor, a colunista do caderno de economia havia lido as matérias escritas pelos colegas de jornal e se opunha a eles, mas eles não tiveram acesso à opinião da colega antes da publicação e da veiculação do jornal.

5 O conectivo que inicia o trecho “E o romancista estava se referindo” (l.28) tem valor explicativo e poderia ser substituído por **Pois**, sem prejuízo para os sentidos originais do texto.

6 O emprego do acento grave em “E o romancista estava se referindo, implicitamente, à Medida Provisória (MP) n.º 232” (l.28-29) justifica-se pela regência de “referindo” e pelo emprego de artigo feminino antecedendo “Medida Provisória”.

Julgue os itens que se seguem, a respeito de conceitos de informática.

7 Para a conexão de um computador à Internet, é necessário ter, entre outros componentes de *hardware*, uma placa de rede ou um *modem*. A placa é usada no caso de o computador pertencer a uma rede de comunicação, enquanto que o *modem* é necessário quando a conexão é realizada via linha telefônica.

8 No aplicativo Excel, um sinal de cifrão (\$) deve ser utilizado imediatamente antes de uma referência absoluta a ser fixada. Esse procedimento evita que a referência da célula possa ser alterada ao ser usada uma alça de preenchimento ou comandos, como copiar e colar.

9 Por padrão, o sistema operacional Windows disponibiliza, para a realização de cálculos simples, uma calculadora científica que oferece opções práticas para manipulações dos resultados das operações, os quais podem ser salvos em arquivo, para uso por outros programas, ou inseridos em planilhas do Excel.

10 Com o uso de programas apropriados, é possível instalar mais de um sistema operacional em um computador, tal que, ao se iniciar uma seção de trabalho, pode-se selecionar qual sistema operacional será utilizado.

11 O acesso a um arquivo que esteja armazenado em um diretório oculto ou localizado em uma unidade pertencente a uma rede de computadores pode ser realizado diretamente por meio de um ícone de atalho configurado na área de transferência. Nesse caso, o acesso ao arquivo é obtido com a aplicação de um clique duplo com o botão direito do *mouse* sobre o referido ícone.

Considerando os símbolos lógicos \neg (negação), \wedge (conjunção), \vee (disjunção), \rightarrow (condicional) e as proposições

$$S: (p \wedge \neg q) \vee (\neg p \wedge r) \rightarrow q \vee r \text{ e}$$

$$T: ((p \wedge \neg q) \vee (\neg p \wedge r)) \wedge (\neg q \wedge \neg r),$$

julgue os itens que se seguem.

- 12 As tabelas-verdade de S e de T possuem, cada uma, 16 linhas.
- 13 A proposição $T \rightarrow S$ é uma tautologia.
- 14 As proposições compostas $\neg S$ e T são equivalentes, ou seja, têm a mesma tabela-verdade, independentemente dos valores lógicos das proposições simples p, q, e r que as constituem.

A secretaria de fazenda de determinado estado faculta ao contribuinte o pagamento do valor do IPVA em parcela única ou em três prestações mensais com valores iguais, sem cobrança de juros, sendo que a primeira prestação vence no dia do vencimento da parcela única e as outras duas, nos dois meses consecutivos. Em 2009, um contribuinte que devia pagar o valor de R\$ 1.200,00 de IPVA, com vencimento no dia 14/3/2009, pagou a primeira parcela do imposto em dia, mas deixou de pagar os valores correspondentes às outras duas prestações. No início de julho de 2009, esse contribuinte negociou a dívida com a secretaria de fazenda, a qual reajustou o valor de cada prestação, a partir de seus vencimentos, a uma taxa de juros simples, de modo que os novos valores da segunda e da terceira prestações atrasadas, cujo vencimento passou a ser no dia 14/10/2009, foram iguais, respectivamente, a R\$ 520,00 e R\$ 500,00.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens abaixo.

- 15 A taxa de juros simples usada pela secretaria de fazenda no reajuste das prestações atrasadas foi superior a 4%.
- 16 Supondo que a secretaria de fazenda tivesse reajustado as prestações a uma taxa de juros compostos igual a 4% ao mês, então, considerando-se $(1,04)^5 = 1,22$, o valor total das parcelas com vencimento no dia 14/10/2009 seria superior a R\$ 1.020,00.
- 17 Considerando que, de posse dos boletos bancários nos valores de R\$ 500,00 e R\$ 520,00 para pagamento no dia 14/10/2009, o contribuinte tenha resolvido antecipar o pagamento para 14/8/2009, e que a secretaria de fazenda tivesse adotado o sistema de desconto racional simples a uma taxa de 4% ao mês para desconto de antecipações dessa natureza, o valor total pago por esse contribuinte, em 14/8/2009, seria superior a R\$ 950,00.

RASCUNHO

A secretaria de fazenda de determinado estado implantou um plano para parcelamento das dívidas atrasadas dos tributos. De acordo com esse plano, uma empresa que devia R\$ 464.100,00 de ICMS negociou o pagamento dessa dívida em 4 prestações anuais e consecutivas de R\$ 146.410,00, calculadas com base no sistema francês de amortização, a uma taxa de juros de 10% ao ano e com a primeira prestação vencendo um ano após a data do acordo.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 18 O valor dos juros pagos na terceira prestação foi inferior a R\$ 25.000,00.
- 19 Considerando que a taxa anual de inflação seja igual a 7%, a taxa real de juros cobrada pela secretaria de fazenda será inferior a 3%.

órgão	despesa total com salários de pessoal (× R\$ 10.000)	quantidade de cargos comissionados	quantidade de cargos efetivos
A	100	40	180
B	120	40	182
C	150	50	220
D	180	100	230

Considere que, a fim de avaliar despesas com salários do pessoal lotado em órgãos do Poder Executivo, determinada secretaria de fazenda decidiu fazer um levantamento em quatro órgãos em relação ao mês de agosto de 2009. Os dados observados estão apresentados na tabela acima. Com base nessas informações, julgue os próximos itens.

- 20 Em agosto de 2009, os salários médios do pessoal nesses órgãos foram superiores a R\$ 4.500,00.
- 21 Considere que o desvio padrão dos salários do pessoal do órgão A, em agosto de 2009, tenha sido igual a R\$ 40,00. Nessa situação, caso uma amostra aleatória de 25 pessoas desse órgão fosse retirada em agosto de 2009, o erro padrão da média estimada com base nessa amostra seria superior a R\$ 10,00.
- 22 Considerando que a distribuição dos salários siga uma distribuição normal cuja variância seja desconhecida, para situações de pequenas amostras, é correto usar os percentis da distribuição normal padrão na construção de intervalos de confiança para a média dos salários.
- 23 Considere que a correlação linear de Pearson entre as variáveis despesa total com salários de pessoal e quantidade de cargos comissionados seja igual a 0,9. Nesse caso, o coeficiente de determinação do modelo de regressão linear simples entre essas mesmas variáveis será inferior a 0,9.
- 24 O pessoal com cargo comissionado no órgão D representa menos de 40% do total do pessoal lotado nesse órgão.

Secretaria da Fazenda (SEFAZ/ES) realiza campanha educativa sobre a importância da nota fiscal

Em 2009, o Programa de Educação Fiscal da SEFAZ realizou 48 eventos, entre reuniões, seminários, palestras, capacitações de professores e treinamento de servidores. A atuação abrangeu 27 municípios capixabas.

Internet: <www.sefaz.es.gov.br> (com adaptações).

Suponha que todos os eventos mencionados no texto acima atraíram público e que, entre os participantes, 2 mil pessoas compareceram às palestras, 1.500 pessoas, aos seminários e 500 pessoas, aos demais eventos. Considere também que 500 pessoas participaram de palestras e seminários, 800 pessoas participaram apenas de seminários, 200 pessoas não participaram de palestras ou seminários e 25 pessoas participaram de todos os tipos de eventos. De acordo com essa situação hipotética e com o texto acima, julgue os itens a seguir.

- 25 Menos de 1.400 pessoas participaram apenas de palestras.
- 26 Mais de 750 pessoas participaram de dois ou mais tipos de eventos.

RASCUNHO

Julgue os itens subsequentes, referentes a receitas tributárias.

RASCUNHO

- 27 No estado do Espírito Santo, as taxas podem ter a mesma base de cálculo dos impostos, mas o produto decorrente da sua arrecadação é alocado no órgão responsável pelo respectivo poder de polícia ou pela prestação de serviços que fundamentem a cobrança.
- 28 Se, devido a incentivos fiscais concedidos pelo governo do Espírito Santo, novas empresas produtoras de automóveis instalarem-se no estado, e esse fato contribuir para atrair milhares de trabalhadores de outros estados brasileiros, nesse caso, visando conter o fluxo migratório e para não prejudicar a política de geração de empregos local, o governador poderá instituir um tributo interestadual, limitando a entrada de trabalhadores de outros estados, pelo mesmo período de tempo do incentivo fiscal concedido às montadoras de automóveis.

A tabela a seguir apresenta algumas informações relativas à arrecadação estadual do Espírito Santo, em janeiro de 2010.

receitas	R\$ (em mil)
imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza	40.109
IPVA	6.286
imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação bens/direitos	1.862
ICMS	510.159
taxas	25.118
receita de contribuições	16.691
receitas imobiliárias	39
aluguéis	23
receita agropecuária	10
receita industrial	2.799
receita de serviços	274
transferências correntes	193.984
outras receitas correntes	119.236
operações de crédito internas	35.953
operações de crédito externas	25.407
alienação de bens	8
amortização de empréstimos	4
transferências de capital	135
outras receitas de capital	8.742

Internet: <www.portaldatransparencia.es.gov.br>.

Com base nas informações da tabela acima, julgue os itens seguintes, acerca das receitas públicas.

- 29 A receita agropecuária, a industrial e a de serviços contribuíram com R\$ 3.083 mil para o montante arrecadado com as receitas correntes.
- 30 O montante da receita tributária arrecadada pelo governo do Espírito Santo, em janeiro de 2010, totalizou R\$ 583.534 mil, enquanto as receitas de capital alcançaram R\$ 70.249 mil.
- 31 O governo estadual deve repassar para a União R\$ 56.800 mil decorrentes da arrecadação de imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e da arrecadação das contribuições, pois são tributos de competência exclusiva do governo federal.

Na sua origem, a dívida pública surgiu como instrumento complementar de financiamento de gastos do Estado, sempre que os impostos se mostravam insuficientes para cobrir suas necessidades, e este esbarrava em resistências da sociedade para aumentá-los.

Fabrizio Oliveira. *Economia e política das finanças públicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 279 (com adaptações).

A respeito da dívida pública e dos limites do endividamento, julgue os itens a seguir.

- 32 A dívida fundada refere-se ao montante, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do estado do Espírito Santo, assumida em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados. Refere-se, também, às obrigações decorrentes de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 meses.
- 33 Se o estado do Espírito Santo tivesse ultrapassado o limite de endividamento no último quadrimestre de 2009, então ele deveria tomar medidas imperativas de recondução ao limite, no máximo até o término de 2010, enquanto perdurasse o excesso, as operações de crédito ficariam suspensas, até mesmo as de antecipação de receita.
- 34 Os créditos do estado do Espírito Santo, relativos ao ICMS, antes de serem encaminhados à cobrança executiva, devem ser inscritos em dívida ativa, e sua cobrança é efetuada pela Procuradoria Geral do Estado. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e de liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Quanto ao orçamento público, julgue os próximos itens.

- 35 Ao examinar o projeto de lei relativo ao orçamento anual da União, os deputados federais podem apresentar emendas modificando os recursos destinados de dotações para pessoal e serviço da dívida. Já os senadores podem aprovar emendas modificando a dotação orçamentária referente às transferências tributárias constitucionais para estados, municípios e Distrito Federal.
- 36 A intervenção do Estado na economia, justificada pela função distributiva, tem por objetivo complementar a ação privada, por meio do orçamento público, com investimentos em infraestrutura e provisão de bens meritórios.

Com relação às disposições constitucionais acerca dos poderes do Estado e dos princípios constitucionais, julgue os itens que se seguem.

- 37 Tanto o Poder Legislativo quanto o Poder Judiciário exercem controle de constitucionalidade de leis.
- 38 Embora a função de administração pública seja exercida precipuamente pelo Poder Executivo, os Poderes Judiciário e Legislativo, relativamente a seus atos administrativos, também a exercem.
- 39 Caso o Congresso Nacional aprove, em cada uma de suas casas, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, um tratado internacional acerca dos direitos humanos, tal tratado será equivalente a uma lei complementar.
- 40 O presidente da República não pode extinguir o cargo público de um servidor que deixe de exercê-lo em razão de se aposentar.
- 41 No ordenamento constitucional brasileiro, é admissível que um estado seja anexado por outro, atendidos aos requisitos estabelecidos na própria Constituição Federal de 1988.

No que se refere ao Sistema Tributário Nacional, julgue os itens subsequentes.

- 42 Em respeito ao princípio da legalidade, não é permitido ao chefe do Poder Executivo elevar a alíquota do imposto de importação, mesmo dentro de limites autorizados por lei.
- 43 É admissível que a União, os estados e os municípios instituam, desde que por meio de lei, contribuição para custeio da iluminação pública.
- 44 Se a Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo intentar criar uma taxa, terá de subordinar a respectiva lei de criação às normas gerais de direito tributário relativamente à definição do fato gerador correspondente.
- 45 Considerando que uma lei que criou uma taxa tenha sido promulgada e publicada em 3/12/2009, com vigência a partir da data de publicação, a referida taxa somente deverá ser cobrada a partir 1.º de janeiro de 2010.
- 46 Se dois tributos tiverem o mesmo fato gerador, embora um deles seja denominado taxa, e o outro, imposto, um deles estará com uma incorreta atribuição de natureza jurídica específica.

A respeito do ordenamento jurídico-administrativo brasileiro, julgue os próximos itens.

- 47 Considere que o governo estadual crie novo município em uma região desprovida de distribuição e de fornecimento de energia elétrica. Nessa situação, determinada empresa interessada em prestar o serviço necessita contratar, após vencer o respectivo leilão, o direito de concessão.
- 48 Quando um administrador público executa ato administrativo classificado como discricionário, não cabe, conforme a doutrina e a jurisprudência dominantes, o exame da legalidade desse ato pelo Poder Judiciário.
- 49 Se um município pretende oferecer à sua população a apresentação de um artista consagrado pela opinião pública, em tal contratação é dispensável o processo licitatório.
- 50 Caso um empregado de determinada empresa pública cometa ato que a lei caracterize como improbidade administrativa, ele responderá por esse ato, ainda que não detenha cargo público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

RASCUNHO

Nos itens de **51 a 85**, sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas: CFC = Conselho Federal de Contabilidade; CMV = custo das mercadorias vendidas; DFC = demonstração dos fluxos de caixa; DMPL = demonstração das mutações do patrimônio líquido; DVA = demonstração do valor agregado; UEPS = último que entra, primeiro que sai.

Julgue os próximos itens de acordo com a Resolução do CFC n.º 750/1993, que dispõe acerca dos princípios fundamentais de contabilidade.

- 51** Considere a seguinte situação hipotética.
Pedro comprou com dinheiro da sua empresa um imóvel residencial. A escritura desse bem foi feita em nome de Pedro, enquanto o registro contábil dessa operação foi realizado no ativo imobilizado da empresa de Pedro.
Nessa situação, o registro contábil da operação descrita está de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.
- 52** A entidade, a continuidade e a objetividade estão entre os princípios fundamentais de contabilidade estabelecidos pelo CFC.
- 53** O princípio da atualização monetária é aquele em que os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional são reconhecidos nos registros contábeis mediante uma avaliação do contabilista da relação custo-benefício do reconhecimento.

descrição das contas
adiantamentos a fornecedores
caixa
bancos conta movimento
duplicatas a receber
duplicatas descontadas
salários a pagar
fornecedores
empréstimos
adiantamentos de clientes
capital social
ações em tesouraria
reserva de capital
veículos
estoques
financiamentos em longo prazo (acima de 700 dias)
investimentos em coligadas
ferramentas
despesas administrativas
receita de vendas
depreciação acumulada

O quadro acima descreve as contas patrimoniais e de resultado cujos saldos foram apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício de determinada empresa. Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

- 54** O ativo da empresa possui duas contas retificadoras.
- 55** A conta bancos conta movimento representa um bem da empresa, pois evidencia o dinheiro da entidade que está depositado em uma instituição bancária.
- 56** A empresa possui passivo não circulante.

dia	descrição do fato
1	integralização de capital no valor de R\$ 2.000,00 em dinheiro.
2	compra à vista e em dinheiro de um terreno para uso nas atividades da empresa pelo valor de R\$ 1.000,00.
10	venda à vista e em dinheiro do terreno adquirido no dia 2 pelo valor de R\$ 2.000,00.
10	baixa do custo do terreno.
20	compra a prazo de dois terrenos pelo valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 2.000,00. Os terrenos serão utilizados nas atividades da empresa.
31	venda a prazo pelo valor de R\$ 2.000,00 de um dos terrenos adquiridos no dia 20.
31	baixa do custo do terreno.

Considerando as informações apresentadas no quadro acima, que descreve os fatos ocorridos em certa empresa industrial no mês de janeiro de 2000, julgue os itens seguintes.

- 57 O resultado não operacional dessa empresa, no final do mês de janeiro de 2000, foi lucro de R\$ 2.000,00.
- 58 No dia 31 de janeiro de 2000, o valor do capital próprio da indústria foi inferior a R\$ 3.500,00.
- 59 No mês em questão, o valor do ativo circulante foi de R\$ 5.000,00, enquanto o valor do ativo não circulante totalizou R\$ 1.000,00.

O método contábil das partidas dobradas

- 60 é um método de lançamentos a débito e a crédito, sendo que os valores dos débitos devem corresponder ao dobro dos valores dos créditos registrados.

Julgue os itens a seguir, acerca do registro contábil de certa empresa que vendeu uma mercadoria com desconto concedido ao comprador no ato da operação.

- 61 O desconto deve ser tratado contabilmente como desconto comercial.
- 62 Sob o ponto de vista contábil, não há diferenças entre os descontos condicionais e os descontos incondicionais, isto é, ambos devem ser tratados contabilmente da mesma forma.

Considerando a compra de três lotes distintos de uma mesma mercadoria nos dias 1.º, 10 e 20 de determinado mês, pelos valores de R\$ 10,00, R\$ 20,00 e R\$ 30,00, respectivamente, julgue os itens subsequentes.

- 63 Na hipótese de venda de todas as mercadorias adquiridas no dia 20 do mês em questão e adotando-se o critério UEPS, o valor unitário do CMV apurado no final desse mês seria de R\$ 30,00.
- 64 Adotando-se o critério da média ponderada móvel para apuração do CMV e considerando-se a hipótese de permanência de três unidades de mercadorias em estoque até o final do mês em questão, uma de cada lote, o valor do saldo unitário da ficha de controle de estoque seria de R\$ 20,00.

contas	saldos em R\$
mercadorias	20.000,00
fornecedores de mercadorias	20.000,00
vendas de mercadorias	40.000,00
despesas com comissões	10.000,00
lucro bruto com mercadorias	20.000,00
compras de mercadorias	10.000,00

Determinada empresa comercial utiliza o sistema de inventário periódico. No final do exercício social do ano x1, foram obtidos os saldos contábeis relacionados às transações com mercadorias mostradas no quadro acima. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 65 O valor do CMV foi de R\$ 20.000,00.
- 66 O valor do estoque final de mercadorias foi igual a zero.
- 67 O valor do estoque inicial das mercadorias foi inferior a R\$ 15.000,00.
- 68 A existência de saldo na conta fornecedores de mercadorias significa, em termos contábeis, que a empresa adquiriu mercadorias à vista com recursos do caixa.

nota fiscal de venda emitida pela indústria Y (valores em R\$)	
produto X	10.000,00
(+) IPI	700,00
(=) valor total da nota fiscal	10.700,00
ICMS destacado	1.700,00

Considerando que certa empresa comercial adquiriu a prazo o produto X de uma indústria Y, cuja nota fiscal de venda continha as informações apresentadas no quadro acima, julgue os itens que se seguem.

- 69 A compradora, que é contribuinte do ICMS, deve registrar contabilmente o fato da seguinte forma: debitar a conta estoques pelo valor de R\$ 9.000,00, debitar a conta ICMS a recuperar pelo valor de R\$ 1.700,00 e creditar a conta fornecedores pelo valor de R\$ 10.700,00.
- 70 O valor do IPI de R\$ 700,00, pago na nota fiscal, integra o custo de aquisição do estoque na empresa comercial.

RASCUNHO

Determinada empresa de serviços iniciou suas atividades em 1/12/x1 com a integralização de capital em dinheiro no valor de R\$ 50.000,00. No dia 10/12, foi adquirido, com metade dos recursos, um veículo para uso nas atividades da empresa.

Com base nessa situação hipotética e considerando, ainda, que o referido veículo não sofreu depreciação e que no dia 10 ainda houve prestação de serviços pela empresa, com recebimento à vista e em dinheiro, no valor de R\$ 50.000,00, julgue os itens seguintes.

- 71 O lucro líquido do período foi de R\$ 50.000,00.
72 No final do dia 10/12, o somatório dos saldos das contas que representam os bens e direitos da empresa foi de R\$ 75.000,00.

Julgue os itens a seguir, acerca da forma de apresentação da demonstração do resultado do exercício pelas companhias.

- 73 O valor da receita líquida é apurado deduzindo-se do valor da receita bruta das vendas e serviços os valores das deduções das vendas, dos abatimentos e dos impostos.
74 Na determinação do resultado do exercício, os valores das receitas e dos rendimentos ganhos no período somente serão computados quando forem realizados.
75 O valor do lucro bruto é determinado por meio da dedução do valor do custo das mercadorias e serviços do valor da receita líquida do período.

A DMPL evidencia informações sobre as movimentações ocorridas no patrimônio líquido das companhias. A respeito das informações evidenciáveis nessa demonstração, julgue os itens subsequentes.

- 76 Acréscimos ou reduções ocorridos durante o exercício social nas contas reservas de lucros e reservas de capital são evidenciados nessa demonstração.
77 É papel da DMPL evidenciar a proposta da administração de destinação do lucro, quando houver lucro no período.
78 Por meio da DMPL é possível visualizar a movimentação relativa a um aumento de capital com a utilização de reservas, caso o aumento ocorra.

Julgue os próximos itens, a respeito da elaboração, forma de apresentação e métodos de evidenciação da DFC das companhias.

- 79 A DFC é uma demonstração de elaboração facultativa somente para as sociedades por ações com capital aberto e que possuam patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00.
80 As alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa ou equivalentes de caixa, devem ser segregadas em, no mínimo, três fluxos: o das operações, o dos financiamentos e o dos investimentos.
81 É função da DFC elaborada pelo método direto mostrar aos usuários a conciliação entre o valor do resultado do período (lucro ou prejuízo) e o caixa das operações obtido no método indireto.
82 O recurso recebido na venda de um ativo imobilizado deve ser evidenciado nessa demonstração por meio do fluxo das operações.

Em 2007, a Lei n.º 11.638 alterou a Lei n.º 6.404/1976, tornando obrigatória a elaboração da DVA. A respeito dessa alteração legal, julgue os itens de 83 a 85.

- 83 A elaboração da DVA é obrigatória para todas as companhias, sejam elas de capital aberto ou de capital fechado.

- 84 A DVA tem a função de evidenciar aos usuários das informações contábeis o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.
85 De modo subsidiário, a DVA pode ser utilizada pelas companhias para apuração mensal do valor do imposto de renda devido.

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade que estabelece a conceituação, o objeto e o campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público, julgue os itens a seguir.

- 86 A contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da ciência contábil que emprega, no processo gerador de informações, as técnicas próprias da execução orçamentária e financeira direcionadas para a adequada prestação de contas.
87 O campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público abrange todas as entidades do setor público, que devem observar integralmente as normas e técnicas próprias da contabilidade pública.

RASCUNHO

Acerca da avaliação dos procedimentos contábeis aplicáveis às autarquias, julgue os itens que se seguem à luz da Lei n.º 4.320/1964.

- 88** As previsões para depreciação são computadas para efeito de apuração do saldo líquido das mencionadas entidades.
- 89** Os balanços das entidades autárquicas são publicados como complemento dos balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal a que estejam vinculados.

	em R\$
empenho de despesa	110.000,00
liquidação de despesa	108.000,00

Considerando os dados da tabela acima, extraídos da contabilidade de determinada entidade governamental, julgue os itens seguintes com relação aos estágios da despesa pública à luz da Lei n.º 4.320/1964.

- 90** Foi criada para o Estado a obrigação de pagamento no valor de R\$ 110.000,00, ainda que esteja pendente o implemento de condição.
- 91** A liquidação da despesa no valor de R\$ 108.000,00 só será efetuada após seu regular pagamento.

	em R\$
alienação de bens imóveis	96.000,00
aquisição de veículos	28.000,00
repasso concedido	85.000,00
cota recebida	68.000,00
baixa de equipamentos	16.000,00
recebimento de móveis em doação	24.000,00

Com base nos dados da tabela acima, julgue os itens a seguir, acerca de interferências passivas e mutações ativas.

- 92** As mutações ativas totalizaram R\$ 52.000,00.
- 93** O valor das interferências passivas será de R\$ 101.000,00.

Quanto à atual estrutura do plano de contas do governo do estado do Espírito Santo, julgue o próximo item.

- 94** Ela segue a estrutura atual do plano de contas do governo federal, com duas classes de contas patrimoniais e quatro classes de contas de resultado.

Acerca do conceito e da estrutura da tabela de eventos no âmbito do governo federal, julgue os itens subsequentes.

- 95** A tabela de eventos é parte integrante do plano de contas, sendo o Ministério do Planejamento o órgão responsável pela sua manutenção.
- 96** Na estrutura do código do evento, a classe identifica o conjunto de eventos de uma mesma natureza.

Com relação aos procedimentos estabelecidos pela SEFAZ/ES acerca de cadastramentos no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), julgue os itens que se seguem.

- 97** Não há necessidade de o órgão solicitar novo cadastramento quando for preciso alterar o perfil do usuário.
- 98** Mesmo em casos de extrema urgência, as gerências de contabilidade e de finanças não podem realizar os cadastros utilizando documentos remetidos pelas unidades gestoras via fax, sendo aceitos apenas documentos originais.

RASCUNHO

	em R\$
receitas orçamentárias	180.000,00
despesas orçamentárias	170.000,00
mutações ativas	80.000,00
mutações passivas	90.000,00
acréscimos patrimoniais	30.000,00
decréscimos patrimoniais	40.000,00

Com base nos dados da tabela acima, extraídos de uma demonstração das variações patrimoniais publicada em determinado exercício, julgue os itens subsequentes.

- 99** O resultado patrimonial do exercício foi deficitário em R\$ 10.000,00.
- 100** As variações passivas orçamentárias totalizaram R\$ 90.000,00.
- 101** Os acréscimos e decréscimos patrimoniais são gerados por fatos permutativos e, como tais, não interferem no resultado patrimonial apurado no exercício.

	em milhões de reais
receita prevista	10.838
receita executada	11.067
despesa prevista/fixada	10.838
despesa executada	10.192
créditos especiais abertos no exercício	10

Considerando os dados da tabela acima, extraídos do balanço orçamentário do balanço geral do governo do estado do Espírito Santo referente ao exercício encerrado em 2008, julgue o item a seguir.

- 102** O resultado orçamentário do exercício foi superavitário em 646 milhões de reais.

	em milhões de reais
receita orçamentária e transferências financeiras	18.727
receita extraorçamentária	14.683
despesa orçamentária e transferências financeiras	17.853
despesa extraorçamentária	14.524
restos a pagar inscritos no exercício	486
restos a pagar pagos no exercício	486
disponibilidade inicial	1.912

Julgue os itens seguintes, tendo como base os dados da tabela acima, extraídos do balanço financeiro do balanço geral do governo do estado do Espírito Santo com relação ao exercício encerrado em 2008.

- 103** O saldo da disponibilidade final do exercício foi de R\$ 2.945.000.000.
- 104** O resultado financeiro do exercício foi superavitário em R\$ 547.000.000.

De acordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue o próximo item, relativo à destinação de recursos públicos para o setor privado.

- 105** Salvo mediante lei específica, não podem ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.

Com relação ao disposto na LRF acerca das transferências voluntárias, julgue os itens seguintes.

- 106** Desde que devidamente justificada, é permitida a utilização de recursos recebidos a título de transferências voluntárias em finalidade diversa da pactuada.
- 107** Para fins de aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes na LRF, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.

Julgue os itens a seguir, relativos ao disposto no manual de elaboração dos anexos de metas fiscais e de riscos fiscais.

- 108** Riscos repetitivos não deixam de ser riscos, a exemplo de ocorrências de catástrofes naturais e epidemias de sazonalidade conhecida, devendo as ações para mitigar seus efeitos, assim como as despesas decorrentes, ser tratadas como risco fiscal no anexo de riscos fiscais.
- 109** O cumprimento das metas fiscais deve ser acompanhado com base nas informações divulgadas no relatório resumido da execução orçamentária e no relatório de gestão fiscal.

RASCUNHO

RASCUNHO

Com referência ao disposto no manual de receita nacional, acerca dos procedimentos contábeis aplicados às renúncias de receitas, julgue os itens que se seguem.

- 110** A isenção é a espécie mais usual de renúncia de receita e define-se como a dispensa legal, pelo Estado, do débito tributário devido.
- 111** A remissão é o benefício que visa excluir o crédito tributário na parte relativa à multa aplicada pelo sujeito ativo ao sujeito passivo.

De acordo com o disposto no manual de despesa nacional acerca do momento do reconhecimento da despesa sob o enfoque patrimonial, julgue os itens seguintes.

- 112** Na maioria das vezes, o momento do fato gerador coincide com o empenho da despesa orçamentária, quando o Estado se compromete a honrar os compromissos assumidos.
- 113** O reconhecimento da despesa por competência deve ocorrer mesmo que as fases de execução da despesa orçamentária estejam pendentes.

Julgue os próximos itens, que dizem respeito à contabilização da execução orçamentária e financeira descentralizada.

- 114** As dotações descentralizadas são empregadas obrigatoriamente e integralmente na consecução do objeto previsto pelo programa de trabalho pertinente, respeitada fielmente a classificação funcional programática.
- 115** As empresas públicas federais que não integram os orçamentos fiscal e da seguridade social, ainda que executem as atividades de agente financeiro governamental, não podem receber créditos em descentralização para viabilizar a consecução de objetivos previstos na lei orçamentária.

Acerca dos procedimentos contábeis aplicáveis ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), julgue os itens a seguir.

- 116** A contabilidade deve manter os registros distintos da receita arrecadada em contas abertas em cada ente da Federação que representar, respectivamente, a classificação da receita e a dedução correspondente.
- 117** Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos repassados e recebidos à conta dos fundos devem ficar permanentemente à disposição dos conselhos responsáveis, bem como dos órgãos federais, estaduais e municipais de controle interno e externo.

Quanto aos procedimentos contábeis aplicáveis aos regimes próprios de previdência social (RPPS), julgue os itens subsequentes.

- 118** Os bens e direitos dos RPPS devem ser avaliados com base no valor de mercado e ajustados periodicamente a valor recuperável de acordo com as normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional.
- 119** As disponibilidades financeiras vinculadas aos RPPS devem ser depositadas e mantidas em contas bancárias separadas das demais disponibilidades do ente federativo.

Acerca da padronização dos procedimentos orçamentários e contábeis nos três níveis de governo, julgue o item abaixo.

- 120** Na lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, será feita, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.